



Prefeitura Municipal de Cabo Verde Estado de Minas Gerais

Av. Oscar Ornelas n.º 152 – Tel/Fax (35) 3736.1220

CNPJ. : 17.909.599/0001-83 – CEP. 37880-000

Data fundação: 15/08/1762 – Emancipação Político-Administrativa 30/10/1866

Home page www.caboverde.mg.gov.br

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS.

Razão Social: _____

CNPJ nº: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Pessoa para contato: _____

Recebemos através do acesso á página www.caboverde.mg.gov.br, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local e data: _____

Nome e assinatura

Prezado licitante:

Visando comunicação futura entre o Setor de Licitações e esta empresa, solicitamos de V. Sa. preencher o recibo de entrega do Edital e remeter para a Secretaria de Suprimentos, no e-mail: franklin@caboverde.mg.gov.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS



Prefeitura Municipal de Cabo Verde Estado de Minas Gerais

Av. Oscar Ornelas, nº 152 – Tel/Fax (35) 3736.1220

CNPJ. : 17.909.599/0001-83 – CEP. 37880-000

Data fundação: 15/08/1762 – Emancipação Político-Administrativa 30/10/1866

Home page www.caboverde.mg.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº: 097/2020

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL N ° 035/2020

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM, AFERIDO COM BASE NO MAIOR DESCONTO PERCENTUAL SOBRE A TABELA DE PREÇOS DA MONTADORA/FABRICANTE OBTIDA ATRAVÉS DO SOFTWARE DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA – SISTEMA AUDATEX).

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS.

1 – PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE CABO VERDE, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Av. Oscar Ornelas, nº 152, Centro, Cabo Verde-MG, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.909.599/0001-83, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 005/2020, de 06/01/2020, torna público a abertura do Processo Licitatório nº **097/2020**, na modalidade Pregão Presencial nº **035/2020**, com a abertura da sessão pública para o julgamento das propostas e documentação prevista para o dia **07/07/2020**, às **09:00 hs**, no Setor de Licitação, localizado na Av. Prefeito Carlos Souza Filho, s/nº, Centro, Cabo Verde-MG.

A presente licitação será regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 e Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e alterações, Decretos Municipais nº 002/2004, de 06/01/2004 e 050/99, de 07/12/1999, e subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações, e pelas condições e normas estabelecidas pelo presente Edital.

Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I – Especificação do Objeto “Modelo de Proposta Comercial”;
- b) Anexo II – Modelo de Credenciamento;
- c) Anexo III – Declaração de Empregador; a que se refere o artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- d) Anexo IV - Declaração de fatos impeditivos e de que preenche as condições de habilitação;
- e) Anexo V – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- f) Anexo VI – Declaração de MEI, ME ou EPP.
- g) Anexo VII – TERMO DE REFERÊNCIA

- h) Anexo VIII – Relação dos veículos da frota municipal de Cabo Verde-MG e conveniados
- i) Anexo IX – Valor mínimo de desconto aceitável (SOBRE O SISTEMA AUDATEX).

2- OBJETO

2.1 – O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para o fornecimento parcelado de peças e acessórios automotivos de reposição, com as mesmas especificações técnicas e características de qualidade da peça de produção original (ABNT NBR 15296), através de **REGISTRO DE PREÇOS**, onde o vencedor será apurado com base no maior desconto percentual sobre a tabela de preços da montadora/fabricante obtida através do software de orçamentação eletrônica – Sistema Audatex, visando a manutenção dos veículos da frota municipal e atendimento aos Convênios do Conselho Tutelar, Polícia Civil e Militar, para os seguintes veículos:

2.1.1 – Veículos leves Chevrolet, valor estimado de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

2.1.2 – Veículos leves Volkswagen, valor estimado de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

2.1.3 – Veículos leves Fiat, valor estimado de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

2.1.4 – Veículos leves Hyundai, valor estimado de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

2.1.5 - Veículos leves Renault, valor estimado de R\$ R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

2.1.6 – Trator agrícola Massey Ferguson, valor estimado de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

2.1.7 – Trator agrícola Mahindra, valor estimado de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

2.1.8 – Trator agrícola New Holland, valor estimado de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

2.1.9 – Microônibus Marcopolo, valor estimado de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

2.1.10 – Microônibus Iveco, valor estimado de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

2.1.11 – Veículos pesados Ônibus Mercedes Benz, valor estimado de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

2.1.12 – Veículos pesados Ônibus Iveco, valor estimado de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

2.1.13 – Veículos pesados Caminhões Ford, valor estimado de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

2.1.14 – Veículos pesados Caminhões Mercedes Benz, valor estimado de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

2.1.15 – Veículos pesados Caminhões Volkswagen, valor estimado de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

2.1.16 – Veículos pesados Caminhões Iveco, valor estimado de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

2.1.17 – Motocicletas Yamaha, valor estimado de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

3 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 – A presente licitação é destinada às **microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais** do ramo pertinente ao objeto desta licitação, conforme art. 48, inciso I, da Lei Complementar 123/2006.

3.2 – Nos itens em que não tenha o número mínimo de 03 (três) licitantes enquadradas como MEI, ME OU EPP, as demais empresas, ou seja, de médio e grande porte poderão participar.

3.3 - Não poderão participar os interessados que se encontrarem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionam no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, e também, todas aquelas elencadas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 – A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

4 – ENTREGA DOS ENVELOPES

4.1 - Dos envelopes “**PROPOSTA COMERCIAL**” e “**DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**”.

4.1.1 - Os envelopes “Proposta Comercial” e “Documentação de Habilitação” deverão ser indevassáveis, devidamente fechados e entregues ao **Pregoeiro**, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo:

LOCAL: Av. Prefeito Carlos Souza Filho, s/nº (Setor de Licitação)

DATA: até o dia **07/07/2020**

HORÁRIO: até às **09:00** hs

4.1.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local, aqui estabelecidos desde que não haja comunicação ao Pregoeiro em contrário.

4.1.3 - Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO VERDE
SETOR DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2020
ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA COMERCIAL
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO VERDE
SETOR DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2020
ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:

4.2 – A Prefeitura Municipal de Cabo Verde não se responsabilizará por envelopes de “Proposta Comercial” e “Documentação de Habilitação” que não sejam entregues ao Pregoeiro designado no preâmbulo, no local, data e horário definidos neste edital.

5 – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

5.1 – Na sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, o proponente/representante deverá se apresentar para credenciamento, junto ao Pregoeiro, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste certame e a responder pela representada.

5.2 – O credenciamento far-se-á da seguinte forma:

5.2.1 – Caso o participante seja procurador, deverá apresentar:

a) Procuração pública ou particular, com poderes específicos para formular ofertas e lances de preços, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

b) Cópia do respectivo estatuto ou contrato social, e todas as alterações estatutária ou contratual, ou da última alteração **consolidada**, na qual sejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

c) Cópia autenticada do documento de identidade do mandante e mandatário.

5.2.2 – Caso o participante seja sócio da empresa proponente, proprietário, dirigente ou assemelhado, deverá apresentar:

a) Cópia do respectivo estatuto ou contrato social, e todas as alterações estatutária ou contratual, ou da última alteração **consolidada**, na qual sejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

b) Cópia autenticada do documento de identidade do proprietário da empresa.

5.3 - Cada representante somente poderá representar uma única licitante.

5.4 - Somente poderão participar da fase de lances verbais os participantes devidamente credenciados.

5.5 - O documento de credenciamento deverá obedecer ao modelo do Anexo II.

5.6 - A AUSÊNCIA DE CREDENCIAMENTO seja pela não apresentação de procuração ou de quaisquer dos documentos exigidos para o credenciamento, seja por sua apresentação irregular, o licitante ficará impedido de participar da fase de lances verbais de negociação de preços e de manifestar o direito de recorrer das decisões tomadas durante a sessão, enfim, de representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes relativos a este Pregão. Neste caso, a licitante ficará excluída da etapa de lances verbais e será mantido o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

6 - PROPOSTAS COMERCIAIS

6.1 - As propostas comerciais deverão ser datilografadas ou processadas em computador, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última

assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, sob pena de desclassificação, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões a direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, observado o modelo constante do Anexo I, deste edital e, deverão conter:

6.1.1 – Razão social, número do CNPJ/MF, endereço e meios de comunicação à distância da licitante.

6.1.2 – Apresentação da proposta comercial em conformidade com o Anexo I - Modelo de Proposta Comercial.

6.1.3 – Prazo de fornecimento de 12 (doze) meses.

6.1.4 - Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura dos envelopes.

6.1.5 - Prazo de entrega do material, não superior a 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

6.1.6 - Os preços deverão ser cotados considerando-se a entrega do objeto licitado no Almoxarifado da Prefeitura, situado na Rua Pedra Lisa, s/nº, Cabo Verde – MG, incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas com tributos, embalagens, fretes, ônus previdenciários, trabalhistas e outros encargos ou acessórios.

6.2 - A apresentação da proposta por parte da licitante significa pleno conhecimento e integral concordância com as cláusulas e condições estabelecidas neste Edital.

7 – CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

7.1 - Será exigida para Habilitação a apresentação dos documentos, com vigência plena até a data fixada para a abertura dos envelopes “Documentação”, conforme segue:

7.1.1 – Certidão Negativa de Débitos (CND) Municipal, emitida pela Prefeitura sede da empresa.

7.1.2 – Certidão de Débitos Tributários (CDT), emitida pela Secretaria da Receita Estadual, emitida pelo Estado sede da empresa.

7.1.3 – Certidão Negativa de Débitos (CND) Federal (Certidão Quanto à Dívida Ativa da União emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e CND de Tributos e Contribuições Federais emitida pela Secretaria da Receita Federal) e Previdenciária.

7.1.4 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (art. 29, inciso V, da Lei 8.666/93).

7.1.5 - Declaração de não empregar menores de 16 (dezesesseis) anos, menores de 14 (quatorze) anos, salvo na condição de aprendiz e menores de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, insalubre ou perigoso, conforme disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme Anexo III deste Edital.

7.1.6 – Registro comercial, no caso de empresa individual (art. 28, inciso II, da 8.666/93). **(SOMENTE PARA AS EMPRESAS QUE NÃO APRESENTARAM O DOCUMENTO NO CREDENCIAMENTO).**

7.1.7 – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores (art. 28, inciso III, da 8.666/93). **(SOMENTE PARA AS EMPRESAS QUE NÃO APRESENTARAM O DOCUMENTO NO CREDENCIAMENTO).**

7.1.8 – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício (art. 28, inciso IV, da 8.666/93).

7.1.9 – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir (art. 28, inciso V, da 8.666/93).

7.1.10 – Certidão Negativa de Falência ou Concordata, emitida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

7.1.11 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF (art. 29, inciso I, da 8.666/93).

7.1.12 - Certificado de Regularidade para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 8.036/90, artigo 27).

7.1.13 - Os documentos deverão ser apresentados em original ou fotocópia devidamente autenticada.

7.1.14 - Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos documentos originais sejam apresentados **na reunião de abertura dos envelopes de habilitação**, para a devida autenticação.

7.1.15 - Os documentos de habilitação devem ser apresentados no envelope nº 02, **lacrado**, devidamente identificado.

7.1.16 - A ausência de documento e a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o edital, **inabilitará** a proponente.

7.1.17 - Os documentos retirados pela Internet terão sua autenticidade certificada junto aos sites dos órgãos emissores, para fins de habilitação.

7.1.18 - Os documentos acima mencionados não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo ou apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas.

7.1.19 – A apresentação do CRC – Certificado de Registro Cadastral, emitido pela Prefeitura Municipal de Cabo Verde, substitui os documentos exigidos acima, observando que, na hipótese de os documentos nele indicados estarem com prazos vencidos, deverá apresentar outros com validade em vigor, e também, no caso de não constar no Certificado de Registro Cadastral documento exigido no edital, o licitante deverá complementar, no envelope de habilitação, a documentação exigida em original ou cópia autenticada.

7.1.20 – No caso de ausência de prazo de validade nas Certidões Negativas, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias.

8 - SESSÃO DO PREGÃO

8.1 – Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o Pregoeiro declarará aberta a sessão do PREGÃO, oportunidade em que não mais aceitará novos proponentes, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação:

8.1.1 – Somente poderão participar da fase de lances verbais os participantes devidamente credenciados presentes na sessão.

8.1.2 – No caso de envio de proposta pelo correio, não estando presente o representante do licitante, a proposta será normalmente recebida, apenas não participando da fase de lances verbais por estar ausente.

8.2 - CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

8.2.1 – Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, o(a) Pregoeiro(a) verificará a conformidade destas com os requisitos formais e materiais do edital e o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

8.2.2 – Dentre as propostas aceitas, o(a) Pregoeiro(a) classificará em primeiro lugar a proposta de menor preço, ou seja, a que ofereceu o maior desconto, e as demais que tenham apresentado propostas com descontos sucessivos e inferiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço (maior desconto), para participarem dos lances verbais.

8.2.3 – Se não houver, no mínimo 03 (três) propostas de preços nas condições definidas na cláusula anterior, o(a) Pregoeiro(a) classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas apresentadas.

8.3 - LANCES VERBAIS

8.3.1 - Aos licitantes classificados na forma do item 8.2, será dada a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais.

8.3.2 - Se duas ou mais propostas escritas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio para definir a ordem de apresentação dos lances.

8.3.3 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da proponente da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo proponente, para efeito de posterior ordenação das propostas.

8.4 – JULGAMENTO

8.4.1 - O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, aferido com base no maior desconto percentual sobre a tabela de preços da montadora/fabricante obtida através do software de orçamentação eletrônica – Sistema Audatex).

8.4.2 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.4.2.1 - Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.

8.4.2.2 - Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação (desconto percentual mínimo), esta poderá ser aceita.

8.4.3 - Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

8.4.4 – Constatado o atendimento pleno às exigências deste edital, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

8.4.5 - Se a proposta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, pela ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação do proponente até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

8.4.6 - Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro deverá negociar para que seja obtido um melhor preço.

8.5 - Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio, e pelos licitantes.

8.6 - Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, o Pregoeiro devolverá, aos licitantes que tiverem suas propostas desclassificadas em todos os itens, os envelopes “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO” inviolados, podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

9 – DO TRATAMENTO PRIVILEGIADO E DIFERENCIADO DISPENSADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.1 - Somente terão tratamento privilegiado e diferenciado as microempresas, microempreendedores individuais e empresas de pequeno porte que apresentarem a declaração de ME, MEI ou EPP (Anexo VI), ou requerimento de enquadramento da empresa devidamente registrado na Junta Comercial do Estado sede da empresa, ou Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial do exercício em vigor, juntamente com os documentos de credenciamento, ou seja, tais documentos deverão ser apresentados por fora dos envelopes 01 e 02.

9.2 - As microempresas, os microempreendedores individuais e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal (art. 29 da Lei nº 8.666/93), mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.2.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.2.2 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração

convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.2.3 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, microempreendedores individuais e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10 – RECURSOS

10.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.2 - O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões no prazo de 03 (três) dias, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, importará a decadência do direito de recurso.

10.4 – Os recursos poderão ser apresentados no Setor de Licitações da Prefeitura, de forma original ou enviados no e-mail: franklin@caboverde.mg.gov.br, desde que devidamente assinado pelo representante legal da empresa ou procurador com poder para tal fim.

10.5 - Os recursos deverão ser decididos no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10.6 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.7 - O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos do Setor de Licitação e comunicado a todos os licitantes via fax ou correio eletrônico.

11 - ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 - Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação a proponente vencedora, com a posterior homologação de resultado pelo Sr. Prefeito Municipal.

11.2 - Havendo interposição de recurso, após o julgamento, o Sr. Prefeito Municipal adjudicará e homologará o procedimento licitatório em favor da proponente vencedora e determinará a contratação.

12 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 – Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal da proposta vencedora será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta do Anexo V deste Edital.

12.1.1 - Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato de assinatura da ata de registro de preços, ou recuse-se a assiná-la, a Administração poderá convocar as licitantes remanescentes, observando a ordem de classificação, para celebrar a Ata.

12.2 – O representante legal da proposta vencedora deverá assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação para tal, através de FAX ou correio eletrônico.

12.3 - O prazo para assinatura da ata de registro de preços poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

12.4 - Será considerado desistente, o licitante que não comparecer dentro do prazo supracitado, fato que dará direito ao Município a proceder de conformidade com o art. 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

12.5 - Decorridos 60 (sessenta) dias da data de abertura das propostas sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

13 – PAGAMENTO

13.1 - O pagamento será efetuado ao licitante vencedor no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega do objeto licitado e emissão da respectiva NF/fatura.

13.2 – Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua regularização.

14 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 - As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

14.2 - É dispensada a certificação de dotação orçamentária nos Processos Licitatórios para registro de preços, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93, devendo ser informada no ato compra.

14.3 – As despesas referentes ao exercício 2021 correrão por conta da(s) dotação(ões) correspondente(s) ao orçamento vigente.

15 – ENTREGA DO OBJETO LICITADO

15.1 - O Almoxarifado do Município de Cabo Verde, Estado de Minas Gerais, tem a responsabilidade para receber, autorizar, conferir e fiscalizar o objeto desta licitação, observados os artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2 - O Município de Cabo Verde, Estado de Minas Gerais, reserva-se o direito de não receber os produtos em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato e aplicar as penalidades previstas neste Instrumento.

15.3 - A contratada é obrigada a substituir, de imediato, às suas expensas, produtos em que se verificarem defeitos ou qualidade inferior.

16 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 - Pelo descumprimento total ou parcial das condições previstas na proposta ou na Ata de Registro de Preços, o município de Cabo Verde aplicará as penalidades previstas na Cláusula Décima Primeira da Ata.

17 - EXTENSÃO DAS PENALIDADES

17.1 - A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também, aplicada àqueles que:

17.1.1 - Retardarem a execução do pregão;

17.1.2 - Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;

17.1.3 - Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

18 – DO REGISTRO DE PREÇOS

18.1 - As empresas vencedoras do registro de preços passarão a ser denominadas detentoras da Ata de Registro de Preços, após assinatura da ata.

18.2 - O fornecimento do produto será efetuado mediante expedição da Ordem de Fornecimento, da qual constarão a data de expedição, especificações do produto, quantitativo, prazo, local de entrega e preços unitário e total.

18.3 - Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, sua detentora fica obrigada a fornecer o produto registrado, nas quantidades indicadas em cada Ordem de Fornecimento.

18.4 - A existência do preço registrado não obriga o município de Cabo Verde a firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

18.5 - Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro de Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e no art. 20 do Decreto Municipal nº 050/99 de 07 de dezembro de 1999.

18.6 - A administração da Ata de Registro de Preços decorrente desta Pregão caberá a Secretaria Municipal de Suprimentos.

18.7 - A(s) detentora(s) da ata ficará(ão) obrigada (s) a atender as ordens de fornecimentos efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior a do seu vencimento.

19 – DO VALOR ESTIMADO

19.1 – O valor estimado da presente licitação é de R\$ 775.000,00 (setecentos e setenta e cinco mil reais).

20 – DO SOFTWARE DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA – SISTEMA AUDATEX

20.1 – A partir do dia 04/04/2019, o Município de Cabo Verde disponibilizará um computador para acesso no software de orçamentação eletrônica – Sistema Audatex.

20.2 – O acesso à “Tabela Audatex” poderá ser feito no Setor de Licitação, da Prefeitura de **forma gratuita**, ou seja, sem nenhum custo para os licitantes.

20 - DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 - Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

20.2 - Será dada vista aos proponentes interessados tanto das Propostas Comerciais como dos Documentos de Habilitação apresentados na sessão.

20.3 - É facultado ao(à) Pregoeiro(a) ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do Processo Licitatório e a aferição do ofertado (art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93), bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

20.4 - É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após a abertura da sessão do pregão.

20.5 - É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento.

20.6 – No caso de omissão na proposta, referente à validade, prazo e local de entrega e condição de pagamento, a proposta não será desclassificada, sendo considerada de acordo com o Edital.

20.7 - A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

20.8 – O(A) Pregoeiro(a), no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do Processo Licitatório.

20.13 - Onde este Edital for omissivo, prevalecerão os termos das Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/2002 e modificações posteriores, independentes de menção expressa neste documento.

20.14 - As impugnações ao presente Edital poderão ser apresentadas no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, na forma original, ou enviadas por e-mail, com o prazo de até 02 (dois) dias úteis antes da reunião de abertura do Processo Licitatório, devidamente assinadas pelo representante legal da empresa ou procurador com poder para tal fim.

20.15 - Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente licitação serão prestadas pelo Pregoeiro, no horário das 12:30 às 17:00 hs, de segunda a sexta-feira, pelo telefone (35) 3736-1220, ramal 31.

20.16 - Fica eleito o foro da Comarca de Cabo Verde, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Cabo Verde, 17 de junho de 2020.

**FRANKLIN ALVES
PREGOEIRO MUNICIPAL**

ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2020

REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS

Item	Especificação do Objeto	Percentual de desconto sobre a Tabela de Preços da montadora/fabricante (Sistema Audatex)
1	Veículos leves da marca Fiat	% de desconto sobre a Tabela de Preços da montadora/ fabricante (Sistema Audatex)
2	Veículos leves da marca Chevrolet	% de desconto sobre a Tabela de Preços da montadora/ fabricante (Sistema Audatex)
3	Veículos leves da marca Volkswagen	% de desconto sobre a Tabela de Preços da montadora/ fabricante (Sistema Audatex)
4	Veículos leves da marca Renault	% de desconto sobre a Tabela de Preços da montadora/ fabricante (Sistema Audatex)
5	Veículos leves da marca Hyundai	% de desconto sobre a Tabela de Preços da montadora/ fabricante (Sistema Audatex)
6	Motocicletas da marca Yamaha	% de desconto sobre a Tabela de Preços da montadora/ fabricante (Sistema Audatex)
7	Trator agrícola da marca Massey Ferguson	% de desconto sobre a Tabela de Preços da montadora/ fabricante (Sistema Audatex)
8	Veículos pesados caminhões da marca Ford	% de desconto sobre a Tabela de Preços da montadora/ fabricante (Sistema Audatex)
9	Trator agrícola da marca Hew Holand	% de desconto sobre a Tabela de Preços da montadora/ fabricante (Sistema Audatex)
10	Veículos pesados Ônibus Mercedes Benz	% de desconto sobre a Tabela de Preços da montadora/ fabricante (Sistema Audatex)

11	Veículos pesados caminhões da marca Mercedes Benz	% de desconto sobre a Tabela de Preços da montadora/ fabricante (Sistema Audatex)
12	Veículos pesados caminhões Volkswagen	% de desconto sobre a Tabela de Preços da montadora/ fabricante (Sistema Audatex)
13	Veículos pesados caminhões da marca Iveco	% de desconto sobre a Tabela de Preços da montadora/ fabricante (Sistema Audatex)
14	Microônibus da marca Marcopolo	% de desconto sobre a Tabela de Preços da montadora/ fabricante (Sistema Audatex)
15	Trator agrícola da marca Mahindra	% de desconto sobre a Tabela de Preços da montadora/ fabricante (Sistema Audatex)
16	Microônibus da marca Iveco	% de desconto sobre a Tabela de Preços da montadora/ fabricante (Sistema Audatex)
17	Veículos pesados Ônibus Iveco	% de desconto sobre a Tabela de Preços da montadora/ fabricante (Sistema Audatex)

ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (CONTINUAÇÃO)

Razão social: _____

CNPJ/MF: _____

Telefone: _____

Endereço: _____

Representante legal: _____

Assinatura: _____

Prazo de validade da proposta: _____

Prazo de entrega das peças e acessórios: _____

Prazo de fornecimento: _____

Local e data: _____

ANEXO II – MODELO DE CREDENCIAMENTO

PROCURAÇÃO

A (nome da empresa), CNPJ/MF nº , com sede à , neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) procurador(es) o senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para junto ao Governo da Prefeitura de Cabo Verde (ou de forma genérica: para junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais) praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação nº , na modalidade de Pregão nº (ou de forma genérica para licitações em geral), usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, assinar contrato e/ou ata de registro de preços, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, e, em especial, para (se for o caso de apenas uma licitação).

Local e data.

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2020

....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº, por intermédio de seu representante legal Sr (a), RG nº, CPF nº, declara sob as penalidades cabíveis, que não utiliza em atividades laborativas noturnas, perigosas ou insalubres, menores de 18 (dezoito) anos e, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Declara, portanto, estar em condição regular com o exigido no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, combinado com o art. 27, da Lei nº 8.666/93, alterado pela Lei nº 9.854/99.

Local e data.

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

Obs: Esta declaração deverá ser colocada no envelope 02 – Documentação.

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2020

....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº, por intermédio de seu representante legal Sr (a), RG nº, CPF nº, declara sob as penalidades legais, não haver nenhum fato impeditivo de nossa parte, em participarmos do certame acima mencionado, assim como estamos aptos a habilitarmos para a licitação mencionada.

Comprometemo-nos, outrossim, a declarar qualquer fato impeditivo que venha a surgir, a partir dessa data.

Local e data.

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

Obs: Esta declaração deverá ser apresentada por fora dos envelopes 01 e 02 (Proposta Comercial e Documentação).

ANEXO V – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



Prefeitura Municipal de Cabo Verde Estado de Minas Gerais

Av. Oscar Ornelas nº 152 – Tel/Fax (35) 3736.1220

CNPJ. : 17.909.599/0001-83 – CEP. 37880-000

Data fundação: 15/08/1762 – Emancipação Político-Administrativa 30/10/1866

Home page www.caboverde.mg.gov.br

Aos _____, nos termos do art. 15, da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, com as alterações nelas inseridas pela Lei Federal nº 8.883, de 09/06/94 e demais normas legais aplicáveis, o **MUNICÍPIO DE CABO VERDE**, Estado de Minas Gerais, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, sediada na Av. Oscar Ornelas, nº 152, centro, CNPJ/MF nº 17.909.599/0001-83, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDSON JOSÉ FERREIRA**, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG nº M-3.537.718, SSP/MG e CPF nº 342.391.116-68, residente e domiciliado na Fazenda Angolinha, Caixa Postal 28, zona rural, Cabo Verde-MG, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada _____, doravante denominada simplesmente **DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS**, neste ato representada _____, _____, _____, resolvem registrar o(s) preço(s) referente ao Processo Licitatório nº 097/2020, Pregão Presencial nº 035/2020, para a aquisição do(s) material(is) constantes no Anexo I, cuja proposta foi classificada em primeiro lugar, observadas as condições enunciadas nas cláusulas abaixo:

PRIMEIRA – OBJETO:

I- O objeto do fornecimento são as peças e acessórios automotivos constantes do Anexo I (Proposta Comercial), em que são discriminados, a apresentação de cada produto, prazo e local de entrega, bem como o mapa de julgamento que discrimina os materiais que cada licitante ganhou por oferecer o menor preço.

SEGUNDA - DO VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

I- A ata terá o valor estimado de R\$ _____, para aquisição de todo(s) o(s) produto(s) em que a empresa foi vencedora, constantes do Anexo I (Proposta Comercial).

TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS:

I- A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura.

II- Nos termos do art. 15, § 4º, da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o município não será obrigado a

ANEXO V – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

adquirir os produtos referidos nesta ata, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas registradas.

III- Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no art. 78, da Lei Federal 8.666/93, a presente Ata de Registro de Preços será cancelada, garantidos, às suas detentoras, o contraditório e a ampla defesa.

QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

I- A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por todos os Órgãos Administração direta e indireta do município.

QUINTA - DOS PREÇOS:

I- Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes do Anexo I (Proposta Comercial), de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 035/2020.

II- Em cada fornecimento decorrente desta Ata serão observadas as disposições do Decreto Municipal 050/99, de 07/12/1999, que regulamentou o Registro de Preços no Município, assim como as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial nº 035/2020 - Registro de Preços, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

SEXTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA:

I – A entrega deverá ocorrer no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da Ordem de Fornecimento.

II – A entrega deverá ocorrer no Almoxarifado Central da Prefeitura, situado na Rua Pedra Lisa, s/nº, Cabo Verde-MG.

SÉTIMA - DO PAGAMENTO:

I- O pagamento será efetuado ao licitante vencedor no prazo de até 30 (trinta) dia(s) após a entrega do material solicitado na Ordem de Fornecimento e emissão da respectiva NF/fatura.

OITAVA - DOS PROCEDIMENTOS PARA O FORNECIMENTO:

I- Os fornecimentos contratados através da presente Ata serão formalizados na Secretaria de Suprimentos.

ANEXO V – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

II- As detentoras da presente Ata serão obrigadas a atender os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega das mercadorias ocorra em data posterior a do seu vencimento.

III- Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder as especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto apresentado será devolvida à detentora para substituição, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas independentemente das penalidades cabíveis.

IV- Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante ordem de fornecimento que será expedida pelo Departamento de Suprimentos, mediante requisição da unidade requisitante, a qual poderá ser feita por memorando, ofício ou fac-símile, devendo nela constar: a data, o valor unitário do produto e a quantidade pretendida.

V- Os produtos deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal/fatura.

VI- As empresas detentoras da presente Ata ficam obrigadas a aceitar o acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da presente ata, nas mesmas condições contratuais.

NONA - OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS:

Constituem obrigações da Detentora do Registro de Preços:

I- Fornecer o(s) materiais(s) de acordo com as especificações exigidas no instrumento convocatório e na proposta.

II- Respeitar o prazo de entrega fixado pela Prefeitura.

III- Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos, de seu estabelecimento até o local determinado, bem como pelo seu descarregamento até o interior do local de entrega.

DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA:

I- Pagar no vencimento as faturas apresentadas pela detentora do Registro de Preços, conforme estipulado no instrumento convocatório, o valor correspondente ao fornecimento, sendo que o preço vigente será o da data em que a Ordem de Fornecimento for entregue detentor do Registro de Preços.

II- Notificar a detentora do Registro de Preços, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas no fornecimento.

ANEXO V – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES:

I- Recusa do licitante vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após homologação: suspensão temporária do direito de licitar com a Prefeitura Municipal de Cabo Verde, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

II- Aplicação de multa, após regular Processo Administrativo, garantida a prévia defesa, no caso de descumprimento de qualquer cláusula ou condição da ata de registro de preços ou deste edital, e, em especial, nos seguintes casos:

II.1- 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor das mercadorias não entregues;

II.2- 10% (dez por cento) sobre o valor das mercadorias não entregues, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com o conseqüente cancelamento da ata de registro de preços;

II.3- 10% (dez por cento) sobre o valor das mercadorias, no caso de entrega de material ou produto em desacordo com as especificações, alterações de qualidade, quantidade e rendimento.

II.4- 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preços, no caso da adjudicatária, recusar em assinar a ata ou desistir da mesma;

II.5- O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor total da ata.

II.6- As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a detentora da ata, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

II.7- Findo o prazo para apresentação de defesa, não havendo interposição, ou julgada improcedente, o recolhimento das referidas multas, deverá ser feito através de guia própria, ao Município de Cabo Verde, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data em que for aplicada a multa.

DÉCIMA SEGUNDA - DO REALINHAMENTO DE PREÇOS:

I- Os percentuais de descontos manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da Ata de Registro de Preços.

ANEXO V – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

DÉCIMA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

I- Não será admitida a entrega de materiais pelo contratado sem que ele esteja de posse da Ordem de Fornecimento respectiva.

II- Caso os produtos apresentem defeitos ou irregularidades, especificações incorretas ou fora dos padrões determinados pela ABTN, a unidade recebedora os devolverá para regularização no prazo de 03 (três) dias.

III- Os produtos deverão ser entregues acompanhados dos documentos fiscais respectivos, juntamente com cópia reprográfica da Ordem de Fornecimento e devem conter, obrigatoriamente, a marca, descrição e quantidade dos produtos entregues.

IV- Não será aceito o fornecimento parcial dos produtos constantes da OF.

DÉCIMA QUARTA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

Os preços registrados poderão ser cancelados nos seguintes casos:

I- Pela Administração, quando:

A- O fornecedor deixar de cumprir as exigências do edital.

B- O fornecedor não atender à convocação para fornecimento.

C- Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor se recusar a baixá-los, na forma prevista no ato convocatório e no Decreto Municipal que regulamentou o Registro de Preços no município.

D- Por razões de interesse público, mediante despacho motivado, devidamente justificado.

E- A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta cláusula, será feita por correspondência com recibo de entrega, juntando-se comprovante nos autos que deram origem ao registro de preços.

F- No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Estado e Jornal de Circulação Regional e Municipal, e afixado no quadro de avisos do Setor de Licitação, considerando-se cancelado o registro na data da publicação na imprensa oficial.

II- Pelo detentor do Registro, que deverá solicitar o cancelamento com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, assegurada defesa prévia do fornecedor, nos termos da Lei Federal 8.666/93.

ANEXO V – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

DÉCIMA QUINTA - DA AUTORIZAÇÃO PARA O FORNECIMENTO:

I- A Ordem de Fornecimento será expedida pela Secretaria de Suprimentos, após o recebimento da requisição do Departamento requisitante.

DÉCIMA SEXTA – DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA:

I- As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

II- É dispensada a certificação de dotação orçamentária nos Processos Licitatórios para registro de preços, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93, devendo ser informada no ato compra.

III- As despesas referentes ao exercício 2019 correrão por conta da(s) dotação(ões) correspondente(s) ao orçamento vigente.

DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

I- Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 035/2020 e seus anexos, e as propostas das empresas classificadas no certame supra mencionado.

II- Fica eleito o foro desta Comarca de Cabo Verde, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da utilização da presente Ata.

III- Os casos omissos serão resolvidos de acordo com Decreto Municipal que regulamentou o Registro de Preços no Município, a Lei Federal 8.666/93 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

ÓRGÃO GERENCIADOR

DETENTORA

TESTEMUNHAS:

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE MEI, ME OU EPP

Processo Licitatório nº 097/2020

Pregão Presencial nº 035/2020

....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº, por intermédio de seu representante legal Sr (a), RG nº, CPF nº, declara sob as penalidades cabíveis, que é microempresa ou empresa de pequeno porte, fazendo jus ao tratamento privilegiado e diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara também, que está ciente de que, se for comprovada a falsidade da presente declaração, estará sujeita as sanções civis e penais previstas na legislação pertinente.

Local e data.

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO VII – TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Licitatório nº 097/2020

Pregão Presencial nº 035/2020

1- DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para o fornecimento parcelado de peças e acessórios automotivos de reposição, com as mesmas especificações técnicas e características de qualidade da peça de produção original (ABNT NBR 15296).

2 – DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação é de R\$ 775.000,00 (setecentos e setenta e cinco mil reais).

3 - JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente contratação através de **registro de preços** para manutenção e eventuais recuperações dos veículos da frota de veículos do Município de Cabo Verde-MG, Conselho Tutelar, Polícia Civil e Militar, visando ao bom estado de conservação e perfeito funcionamento da frota. Considerando ainda que, o Município não possui frota reserva de veículos, sendo de suma importância o estado de conservação e a funcionalidade dos veículos, observado a agilidade, eficiência e a redução de tempo para a aquisição das peças.

4 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento será o de maior desconto percentual sobre a tabela de preços da montadora/fabricante obtida através do software de orçamentação eletrônica – Sistema Audatex.

5- CONDIÇÕES GERAIS

A quantidade estimada é para aquisição fracionada no período de 12 (doze) meses.

As empresas deverão apresentar suas propostas conforme exigências do edital, que serão analisadas pelo Pregoeiro e membros da equipe de apoio.

A entrega das peças e acessórios será obrigatoriamente no Almoxarifado Central da Prefeitura, localizado na rua Pedra Lisa, s/nº, Cabo Verde-MG, nas condições descritas neste Edital e no horário das 8:00 h as 16:00 h.

Os itens (objeto desta licitação) deverão ser entregues em perfeitas condições, vedada a entrega daqueles com defeito ou com qualquer outro tipo de irregularidade que comprometa a integridade dos mesmos.

O fornecedor é obrigado a substituir no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e às suas expensas, produtos em que se verificarem quaisquer irregularidades, vícios ou incorreções.

6- FISCALIZAÇÃO, RECEBIMENTO E CONFERÊNCIA

As peças e acessórios deverão ser entregues devidamente embalados, acondicionados e transportados com segurança e sob a responsabilidade do fornecedor, no Almoarifado Municipal, onde o responsável fará a conferência e recusará o objeto entregue em desconformidade com o solicitado.

O recebimento definitivo do objeto somente se efetivará com a atestação referida anteriormente.

A Prefeitura Municipal de Cabo Verde se reserva o direito de não receber as peças e acessórios entregues em atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes neste Termo, podendo aplicar as sanções cabíveis.

7 – CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO

A Secretaria de Suprimentos emitirá ordem de fornecimento, a ser encaminhada à empresa CONTRATADA, que não poderá ser modificada, sob pena de rescisão contratual e/ou aplicação das sanções cabíveis, inclusive multa.

A partir do recebimento da ordem de fornecimento a empresa terá 48 (quarenta e oito) horas para entrega das peças e acessórios.

No caso de recusa do objeto licitado, pela Prefeitura Municipal De Cabo Verde-MG, caberá à contratada substituí-los, às suas expensas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, independente do erro, sob pena de rescisão contratual e/ou aplicação das sanções cabíveis, inclusive multa.

A Prefeitura reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer produto em desacordo com o previsto neste Termo de Referência, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto.

O fornecedor se obriga a cumprir o prazo previsto para a entrega do objeto licitado pela Prefeitura Municipal de Cabo Verde, assim como a observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável e a favorecer e garantir a qualidade dos produtos, preservando a Prefeitura de qualquer demanda ou reivindicação que seja de responsabilidade da contratada.

Não será permitida a subcontratação ou terceirização.

8 – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar da data do recebimento definitivo do objeto licitado, acompanhado da nota fiscal e demais certidões

negativas de débitos para com Tributos Federais e FGTS, devidamente atualizadas, mediante depósito bancário em conta nominal da empresa.

Os recursos financeiros necessários à execução deste procedimento licitatório correrão à conta de dotações orçamentárias específicas para o exercício orçamentário de 2019 e deverão ser consignadas no orçamento futuro.

9 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As sanções administrativas estão previstas na(s) cláusulas 16 e 17 do Edital, e 11ª da Ata de Registro de Preços.

ANEXO VIII – RELAÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DE CABO VERDE-MG E CONVENIADOS

Processo Licitatório nº 097/2020
Pregão Presencial nº 035/2020

VEÍCULO(S) LEVE(S) CHEVROLET	
Descrição	Placa
Capitiva Sport 2.4 FB/MD 2013/2014	HIV-0025
Spin Flex FB/MD 2019/2019	QQU 2703
VEÍCULO(S) LEVE(S) VOLKSWAGEN	
Descrição	Placa
Kombi Escolar 15L FB/MD 2010/2011	HLF-4852
VEÍCULO(S) LEVE(S) FIAT	
Descrição	Placa
Doblo Essence 1.8 FB/MD 2015/2016	PYC-3109
Doblo Ambulância FB/MD 2016/2016	PXX-6316
Doblo Greencar MO4 FB/MD 2016/2016	PYY-2082
Doblo Attractiv 1.4 FB/MD 2012/2012	HLF-8683
Doblo Essence 7L E FB/MD 2017/2017	QNF-8898
Doblo Essence 7L E FB/MD 2017/2017	QNE-3303
Doblo Essence 7L E FB/MD 2017/2017	QNE-3302
Ducato GCasa AMB1 FB/MD 2013/2013	OPO-6413
Fiorino 1.4 Flex FB/MD 2014/2015	PUW-9337
Fiorino Ambulância FB/MD 2008/2008	HMN-8054
Palio Attract. 1.0 FB/MD 2017/2017	QMT-3346
Palio Fire FB/MD 2015/2016	PXS-2470
Palio Fire FB/MD 2016/2016	PXH-8252
Palio Fire FB/MD 2015/2016	PXH-8248
Palio Fire FB/MD 2015/2016	PXH-8247
Palio WK Attrac. 1.4 FB/MD 2013/2014	OWR-9364
Palio Fire FB/MD 2014/2015	PUR-2391
Palio Attract. 1.0 FB/MD 2017/2017	PZZ-0791
Siena Essence 1.6 FB/MD 2012/2012	HLF-8618
Strada Working FB/MD 2013/2013	OPO-6406
Uno Mille Way Econ FB/MD 2012/2013	HLF-9235
Uno Mille Economy FB/MD 2013/2013	OPO-6409
Uno Mille Fire Flex FB/MD 2008/2008	HMH-2437
VEÍCULO(S) LEVE(S) YUNDAI	
Descrição	Placa
Creta 20A Presti FB/MD 2018/2019	QOV-2555

VEÍCULO(S) LEVE(S) RENAULT	
Descrição	Placa
Renault/M Revescap L3H2 16L FB/MD 2018/2019	QNY-3787
02 (dois) Sandero Expression 1.6 FB/MD 2019/2019	-----
TRATOR AGRÍCOLA MASSEY FERGUSON	
Descrição	
MF 265N FB/MD 2000/2000	
TRATOR AGRÍCOLA MAHINDRA	
Descrição	
Mahindra 4x4 75cv FB/MD 2018	
TRATOR AGRÍCOLA NEW HOLLAND	
Descrição	
NH TT4030 FB/MD 2018/2018	
NH TL75E FB/MD 2017/2017	
MICROÔNIBUS MARCOPOLO	
Descrição	Placa
Volare V8 ON 27L FB/MD 2011/2011	HLF-6212
Volare V8L ESC 31L FB/MD 2009/2009	HLF-1220
Volare V8L 4x4 EO 26L FB/MD 2013/2014	OXK-7993
Volare V8L 4x4 EO 26L FB/MD 2014/2015	PWH-9664
Volare V8L 4x4 EO 26L FB/MD 2014/2015	PWH-9665
MICROÔNIBUS IVECO	
Descrição	Placa
Daily 45S16 Minibus 16L FB/MD 2008/2008	HMH-2270
VEÍCULO(S) PESADO(S) ÔNIBUS MERCEDES BENZ	
Descrição	Placa
MB/OF 1519 R. ORE 60L FB/MD 2014/2014	PUN-2386
MB/COMIL SVELTO U 38L FB/MD 2008/2009	DVS-7855
MB/OF 1115 28L FB/MD 1991/1991	ABX-9473
VEÍCULO(S) PESADO(S) ÔNIBUS IVECO	
Descrição	Placa
Cityclass 70C17 29L FB/MD 2015/2016	PXK-5650
Wayclass 70C17HDE 29L FB/MD 2016/2016	PYD-7150
VEÍCULO(S) PESADO(S) CAMINHÃO FORD	
Descrição	Placa
Cargo 1717 E FB/MD 2006/2007	HMH-0478

VEÍCULO(S) PESADO(S) CAMINHÃO MERCEDES BENZ	
Descrição	Placa
MB ATRON 1719 K FB/MD 2013/2013	ORC-8128
MB ATRON 1719 K FB/MD 2013/2013	ORC-8127
MB ATRON 1719 K FB/MD 2014/2014	PXG-4619
MB 1718 FB/MD 2011/2012	HLF-8475
VEÍCULO(S) PESADO(S) CAMINHÃO VOLKS WAGEN	
VW 26.280 CRM 6x4 FB/MD 2013/2014	OWX-2279
VEÍCULO(S) PESADO(S) CAMINHÃO IVECO	
Tector 170E22 FB/MD 2013/2014	PVH-5296
MOTOCICLETA YAMAHA	
YBR 150 Factor FB/MD 2017/2018	QNE-5562
XTZ 125 K FB/MD 2007/2008	HMG-9493

ANEXO IX – VALOR MÍNIMO DE DESCONTO ACEITÁVEL (SOBRE O SISTEMA AUDATEX).

Item	Especificação do Objeto	VALOR MINIMO ACEITÁVEL
1	VEÍCULOS LEVES DA MARCA CHEVROLET	19,5%
2	VEÍCULOS LEVES DA MARCA VOLKSWAGEN	19,75%
3	VEÍCULOS LEVES DA MARCA FIAT	15%
4	VEÍCULOS LEVES DA MARCA HYUNDAI	3,5%
5	VEÍCULOS LEVES DA MARCA RENAULT	11,25%
6	TRATOR AGRÍCOLA DA MARCA MASSEY FERGUNSON	11,66%
7	TRATOR AGRÍCOLA DA MARCA MAHINDRA	3,33%
8	TRATOR AGRÍCOLA DA MARCA HEW HOLLAND	7,33%
9	MICROÔNIBUS DA MARCA MARCOPOLO	11%
10	MICROÔNIBUS DA MARCA IVECO	14,5%
11	VEÍCULOS PESADOS ÔNIBUS MERCEDES BENZ	20,75%
12	VEÍCULOS PESADOS ÔNIBUS IVECO	14,5%
13	VEÍCULOS PESADOS CAMINHÕES DA MARCA FORD	15%
14	VEÍCULOS PESADOS CAMINHÕES DA MARCA MERCEDES BENZ	25%
15	VEICULOS PESADOS CAMINHÕES VOLKSWAGEN	19,25%
16	VEÍCULOS PESADOS CAMINHÕES DA MARCA IVECO	14,25%
17	MOTOCICLETAS DA MARCA YAMAHA	8,5%